

Governo impõe condições a estados

Sylvio Costa e
Vicente Nunes
Da equipe do Correio

Paulo de Araújo

Os estados que quiserem a ajuda do governo federal para resolver os seus problemas financeiros vão ter que se comprometer a não reajustar os salários do funcionalismo, não contratar servidores e também não fazer operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO).

A informação é do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente. Ele disse que as exigências serão "calibradas", podendo haver "medidas mais profundas nos casos mais complicados".

Os três compromissos mencionados pelo secretário foram expressamente assumidos pelos quatro estados — MT, MA, AL e PI — que já tiveram pedidos de empréstimos, num valor total de R\$ 120 milhões, aprovados pela Caixa Econômica Federal (CEF).

Imposição — As condições foram apresentadas à CEF pelo Aviso Ministerial 894/95, assinado pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, no último dia 6. "Não se trata de imposição", argumenta Parente. "Ninguém é obrigado a entrar no programa".

Parente diz que, até o fim do mês, estará fechado o programa de ajuste que será proposto aos governadores. O plano pretende dar algum fôlego aos estados até que eles sejam beneficiados pela reforma administrativa.

Os acordos serão negociados caso a caso. "Uma solução global é



Parente: o governo deverá analisar caso a caso a situação dos estados. "Uma solução global é inviável"

inviável porque a situação entre os estados varia muito", afirmou o secretário.

Déficit — Pelas contas da Fazenda, o setor público deve terminar o ano com um déficit de 1,8% do PIB. Quase a metade do déficit é atribuída aos estados e municípios. Em 1994, houve um superávit de 0,4% do PIB.

O governo está convencido de que, sem a reforma administrativa, o setor público — tanto no plano federal como nos níveis estadual e municipal — tem pouco a fazer para sair do vermelho.

Parente lembra que, em alguns estados, vantagens adquiridas pelos servidores elevam a folha em 3% ao mês, ou 42% ao ano. "A continua-

rem como estão, sem poderem demitir ou cortar salário, esses estados são claramente inviáveis", afirmou.

Daí o caráter transitório do programa de ajuste, que prevê inclusive a liberação de recursos. "Mas o objetivo não é repassar dinheiro aos estados, e sim fazer o ajuste fiscal. E isso só pode acontecer se você adota medidas duras", concluiu.

Governadores vão ao Senado

O plenário do Senado servirá de palco para o amplo debate, hoje, às 10h, sobre a rolagem das dívidas dos estados e municípios.

A Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), convidou os 27 governadores para discutirem o tema.

O governador do Rio, Marcello Alencar, chegará a Brasília às 9h, acompanhado dos secretários de Planejamento, Marco Aurélio Alencar, e de

Fazenda, Edgar Gonçalves da Rocha.

Segundo a secretaria da CAE, já confirmaram presença no debate os governadores Cristovam Buarque (Distrito Federal), José Maranhão (Paraíba), Dante de Oliveira (Mato Grosso), Eduardo Azeredo (Minas Gerais) e Vítor Buain (Espírito Santo).

Os senadores, no entanto, admitem que o número de governadores pode aumentar já que não há necessidade de confirmação prévia.